

# IPECE

## Textos para Discussão

Nº 133 – Janeiro/2025

**Os Limites Morais, Teórico e Conceitual do Trabalho Doméstico para a Fronteira de Produção Econômica**

**Daniel Suliano**

**iPECE** INSTITUTO  
DE PESQUISA  
E ESTRATÉGIA  
ECONÔMICA  
DO CEARÁ

**21**  
ANOS



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO  
PLANEJAMENTO E GESTÃO

## Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

## Vice-Governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

## Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Alexandre Sobreira Cialdini – Secretário

Sidney dos Santos Saraiva Leão – Secretário Executivo de Políticas Estratégicas para Liderança

José Garrido Braga Neto – Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital

Naiana Corrêa Lima Peixoto – Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

Antônio Roziano Ponte Linhares – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

## Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

### Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

### Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

### Diretoria de Estudos Sociais - DISOC

José Meneleu Neto

### Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

### Gerência de Estatística, Geografia e Informações - GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

## Texto para Discussão – Nº 133 – Janeiro de 2025

### Unidade Responsável:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

### Elaboração:

Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

**Missão:** Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

**Valores:** Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

**Visão:** Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)  
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo  
Cambeba | Cep: 60.822-325 |  
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521  
[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

## Sobre o Texto para Discussão

A Série **Textos para Discussão** do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) tem como objetivo a divulgação de estudos elaborados ou coordenados por servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de temas de interesse do Estado. As conclusões, metodologia aplicada ou propostas contidas nos textos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista ou o endosso do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, da Secretaria de Planejamento e Gestão ou do Governo do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2025

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: IPECE, 2025

ISSN: 1983-4969

1. Economia Brasileira. 2. Economia Cearense. 3. Aspectos Econômicos. 4. Aspectos Sociais. 5. Mercado de Trabalho. 6. Finanças Públicas. 7. Gestão Pública.

## Nesta Edição

O objetivo deste trabalho é apontar argumentos que inviabilizam a valoração monetária do trabalho doméstico em três níveis: uma linha conceitual, outra teórica e uma terceira de cunho moral. Na primeira, é apresentada a hermenêutica das contas nacionais, delimitando o campo de atuação das atividades econômicas com base na construção conceitual; o segundo argumento utilizar-se-á da teoria econômica, subjacente ao Sistema de Contas Nacionais (SNA); no campo moral é abordada a extensão dos mercados. Embora uma longa tradição tenha iniciado esforços na mensuração da produção doméstica a partir do *third person criterion* (critério da terceira pessoa), o conceito estabelecido pelo SNA, a teoria econômica bem como dilemas morais tornam inviável sua inclusão dentro da fronteira de produção econômica, em que pese a atividade fazer parte da fronteira geral.

## OS LIMITES MORAIS, TEÓRICO E CONCEITUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO PARA A FRONTEIRA DE PRODUÇÃO ECONÔMICA<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é apontar argumentos que inviabilizam a valoração monetária do trabalho doméstico em três níveis: uma linha conceitual, outra teórica e uma terceira de cunho moral. Na primeira, é apresentada a hermenêutica das contas nacionais, delimitando o campo de atuação das atividades econômicas com base na construção conceitual; o segundo argumento utilizar-se-á da teoria econômica, subjacente ao Sistema de Contas Nacionais (SNA); no campo moral é abordada a extensão dos mercados. Embora uma longa tradição tenha iniciado esforços na mensuração da produção doméstica a partir do *third person criterion* (critério da terceira pessoa), o conceito estabelecido pelo SNA, a teoria econômica bem como dilemas morais tornam inviável sua inclusão dentro da fronteira de produção econômica, em que pese a atividade fazer parte da fronteira geral.

*“O que é o homem? Um ser que se habitua a tudo. E essa, talvez, seja a melhor definição que se pode dar dele. Porque o materialismo os condicionou a pensar assim. Eles preferem uma felicidade segura, previsível, ao risco de buscar algo além da matéria, algo superior.”*

*Memórias do Subsolo, Fiódor Dostoiévski (1864).*

*“Não se riam, homens sérios e graves, não zombem de semelhantes extravagâncias; são elas o delírio da febre do materialismo que ataca o século.*

*Essa paixão de Horácio, o que é senão uma aberração da alma, consagrada ao culto da matéria?”*

*A Pata da Gazela, José de Alencar (1870).*

*“Estamos entrando em uma época científica em que as recompensas vêm mais da junção dos pedaços das pesquisas para ver o que todas elas representam do que investigações científicas individuais inovadoras”*

*Laços Vitais – A Biologia dos Relacionamentos, Dra. Shelley Taylor (2004)*

---

<sup>1</sup> Agradeço a leitura, comentários e sugestões de Alexandre Lira Cavalcante, Cleyber Nascimento de Medeiros e Ricardo Pereira. Qualquer conteúdo normativo e erros remanescentes são exclusivamente responsabilidade do autor.

## 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho irá apresentar argumentos que inviabilizam a valoração monetária do trabalho doméstico por três frentes: uma linha conceitual, outra teórica e uma terceira de cunho moral. Na primeira, é apresentada a ideia com base na interpretação das contas nacionais, delimitando o campo de atuação com base no conceito; a análise teórica fundamenta-se a partir da teoria econômica e subjacente no Sistema de Contas Nacionais; no campo moral um exame é feito a partir da extensão dos mercados.

Quando o terceiro Manual de Contas Nacionais das Nações Unidas (SNA 1993) foi publicado, as economias planificadas faziam a transição para economias de mercado vindo a consagrá-lo como modelo hegemônico de organização da produção. Como argumentou Harari (2018), a narrativa liberal dos livres mercados provou ser de longe mais flexível e dinâmica do que qualquer uma de suas oponentes vindo a triunfar sobre o imperialismo, o fascismo e o comunismo, inclusive adotando algumas de suas melhores ideias e práticas.

Os mercados sempre existiram e é tão antigo quanto o homem. No entanto, até mais ou menos o século XV não surgira a ideia de “construir uma vida” e o trabalho ainda não significava um meio para uma finalidade estando basicamente engajado nas tradições [Heilbroner (1996)]. Não obstante, conforme Mazzucato (2018), trabalho e produção se associaram de meados do século XVIII até o final do século XIX de tal forma que os economistas consideraram o valor como resultado da quantidade de trabalho que se dedicava à produção, primeiro no trabalho agrícola (os fisiocratas) e, depois, no industrial (os clássicos).

Nos tempos atuais, instituições como a *International Labor Organization* e as Nações Unidas juntaram esforços no intuito de padronizar e homogeneizar estatísticas de cunho econômico. Assim, de acordo com ILO (2013), o trabalho compreende qualquer atividade realizada por pessoas de qualquer sexo e idade para produzir bens ou prestar serviços para uso de outros ou uso próprio. O conceito é independente do seu caráter formal ou informal e não entra no mérito da legalidade da atividade de acordo com as normas jurídicas prevaletentes. Além disso, são excluídas atividades que não envolvam a produção de bens ou serviços (mendicância e roubo), autocuidado (higiene pessoal) e atividade que não possa ser realizada por outra pessoa em seu próprio nome (dormir, aprender e atividades de recreação)<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para Suzman (2022), o mais próximo de uma definição universal de trabalho é a que envolve gastar propositadamente energia ou esforço em uma tarefa para atingir um objetivo ou fim. Atualmente, é também uma palavra usada para descrever todas as transferências de energia, desde aquelas que ocorrem em escala celestial, quando galáxias e estrelas se formam, até aquelas que ocorrem em nível subatômico.

No âmbito pessoal, o trabalho para o próprio sustento encontra-se estritamente associado à família, uma organização observável não somente entre os humanos, mas também em todo o mundo animal. Mesmo assim, como bem observou De Wall (2021), as sociedades humanas se caracterizam por unidades que envolvem pais e mães, ambos com interesse em salvaguardar seu vínculo, e com grande diferença em relação aos outros homínídeos, que não possuem famílias nucleares.

Sob o espectro econômico, Becker (1981) propõe um modelo de divisão entre trabalho doméstico (produção do lar) e mercado (força de trabalho) partindo da hipótese que mulheres casadas tradicionalmente dedicaram a maior parte do seu tempo à procriação e a atividades domésticas, enquanto sua contraparte sexual masculina habituou-se à caça, à guerra e ao cultivo da terra. Assim, a divisão do trabalho entre os membros da família é determinada parcialmente por diferenças biológicas e em parte por diferentes experiências<sup>3</sup>.

A medição da produção familiar foi pioneiramente recomendada no SNA (1993) através do uso de uma conta satélite. Contas satélites cobrem especificidades de determinados campos sendo vistas como uma extensão das contas do setor-chave. A principal razão para o seu desenvolvimento é não sobrecarregar o sistema padrão e, assim, evitar distrair a atenção das principais características das contas. Assim, muitos elementos mostrados numa conta satélite são invisíveis nas contas centrais (§29.5, SNA 2008)<sup>4</sup>.

Para Ironmonger (2000), a produção doméstica assimilar-se-ia a um fluxo econômico real no qual a produção de bens e serviços pelos seus membros mediante uso do fator de produção capital (equipamentos de cozinha, mesas, cadeiras e sala de jantar) e trabalho (horas gastas em compras, cozimento, lavanderia e limpeza) atingiria um certo nível de consumo pessoal. Assim, a relação *input-output* familiar requer a transformação de produtos intermediários (por exemplo, produtos de supermercado e energia elétrica) em produtos de consumo final (refeições, cuidados infantis e roupas limpas) para os membros da família.

Parte desse arquétipo surge na esteira da Revolução Industrial ao final do século XVIII e ao longo do século XIX ao transformar radicalmente as condições de vida e de trabalho de uma população eminentemente urbana, primeiramente na Inglaterra, para mais tardiamente se disseminar em outras partes do mundo.

---

<sup>3</sup> Ao fazer uso da biologia evolucionista, Heying e Weinstein (2023) reforçam que os papéis de homens e mulheres foram distintos durante a maior parte da história humana. De acordo com esses autores, a divisão do trabalho implica um bom uso do tempo de todos tendo estabelecido ao longo da evolução papéis rígidos, muitos dos quais foram ultrapassados no século XXI.

<sup>4</sup> Todas as referências dos parágrafos do SNA (2008) citadas ao longo do texto estão em tradução livre pelo autor.



Nesse contexto, o tempo necessário para produção de bens e serviços domésticos foram substancialmente reduzidos com a chegada nos lares dos fogões, máquinas de lavar, forno de micro-ondas, lavadoras de prato, *air fryer*, entre outros. Essa reestruturação econômica também levou a expansão do setor de serviços – alimentação fora do domicílio (restaurantes), creches (cuidados infantis), lavanderias, transportes de táxi e por aplicativos – gerando, por conseguinte, concorrência ao que era produzido no âmbito familiar. Para certas atividades de manutenção da vida, ocorreu um *trade-off* entre setor doméstico e mercado. De fato, nas economias mais avançadas, essas mudanças estruturais levaram as famílias a optarem por menor consumo de serviços na esfera privada alargando suas fronteiras de produção e, conseqüentemente, expansão do Produto Interno Bruto (PIB).

A velocidade dessa mudança irá variar no tempo e espaço por conta da dinâmica das forças produtivas que, por sua vez, estão associadas a determinados padrões culturais e normas legislativas. Borjas (2012), por exemplo, descreve que perturbações sociais e econômicas acarretadas pelas guerras mundiais e a Grande Depressão tiveram um papel importante na elevação da taxa de participação feminina no mercado de trabalho americano. Bailey (2006) também mostra que o lançamento do Enovid em 1960, a primeira pílula anticoncepcional, proporcionou as mulheres uma liberdade sem precedentes para planejar a gravidez e as suas carreiras ao reduzir significativamente a probabilidade do primeiro parto antes dos 22 anos.

## 2. CONTAS NACIONAIS E PRODUÇÃO DOMÉSTICA

A análise de produção doméstica foi germinada por Stetson (1900) ao questionar a divisão tradicional do trabalho por gênero. Entre outras, foi feita uma proposta de transferir a produção doméstica para o setor de mercado de forma a gerar ganhos decorrentes de uma maior especialização produtiva, economias de escala e permitir às mulheres escolher o seu trabalho com base em suas afinidades e talento.

Mas foi Reid (1934) que desempenhou papel significativo no desenvolvimento da economia doméstica como disciplina. Ela sustentou que, embora o agregado familiar seja a nossa instituição econômica mais importante, o interesse dos economistas estava concentrado “naquela parte do sistema econômico que está organizada com base no ‘preço’”. Por sua vez, a mensuração objetiva da produção doméstica teria como base o *third person criterion* (critério da terceira pessoa), conceito que faz distinção entre atividades produtivas e não produtivas de forma que “se uma atividade for de tal natureza que possa ser delegada a um trabalhador remunerado, então essa atividade será considerada produtiva” (REID, 1934, p.11)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O critério da terceira pessoa, embora formalizado por Reid (1934), foi utilizado pioneiramente por Marshall (1982 [1920]): “[...] parece pois que as classes trabalhadoras devem necessariamente ganhar quando outras formas de riqueza

O SNA (1993) e sua versão mais atual parecem em alguma medida empregarem o critério da terceira pessoa para delimitar o conceito de atividade econômica. De fato, embora os processos que produzam bens possam ser identificados sem dificuldade, nem sempre é tão fácil distinguir a produção de serviços. Atividades que não são produtivas no sentido econômico incluem recursos básicos de atividades humanas, como comer, beber, dormir, fazer exercício, etc., que é impossível uma pessoa empregar outra para atuar em seu lugar (pagar alguém para fazer exercícios não é uma maneira de manter a forma). Por outro lado, atividades como lavar, preparar refeições, cuidar de crianças, doentes ou idosos são atividades que podem ser fornecidas por outras unidades e, portanto, enquadram-se no limite geral de produção. Muitas famílias empregam funcionários domésticos para realizar essas atividades (§6.25, SNA 2008).

Todavia, o Sistema de Contas Nacionais optou por excluir do conceito de produção as atividades realizadas pelas famílias que produzem serviços para o próprio consumo, exceto os serviços fornecidos por habitações ocupadas pelos proprietários e os serviços com emprego de pessoal doméstico remunerado (§6.26, SNA 2008). Os demais serviços dos membros do agregado familiar para o seu próprio consumo final têm sido tradicionalmente excluídos da produção das contas nacionais (§6.28, SNA 2008)<sup>6</sup>.

Sujeito a esta exceção, o Produto Interno Bruto pretende ser uma medida abrangente do valor adicionado bruto produzido por todas as unidades institucionais residentes, embora esteja confinado a produtos produzidos por atividades econômicas que são capazes de serem fornecidas de uma unidade para outra. Portanto, nem todas as atividades que requerem gasto de tempo e esforço por pessoas são produtivas no sentido econômico (§1.39, SNA 2008).

Por outro lado, como os bens de consumo servem de insumos para a produção familiar e são transformados pelo trabalho doméstico em valores de uso para sustento (e reprodução) da vida, Edvinsson (2023) aponta que economistas feministas argumentam que os serviços domésticos não remunerados deveriam ser considerados como produção. Por exemplo, grãos e raízes são cozidos em

---

se tornam capital mercantil, e vice-versa, mas isso não ocorre. Se as pessoas privadas desistissem de possuir carros e iates, e os alugassem de empresários capitalistas, resultaria uma procura menor de empregados. Pois parte do que teria sido pago como salários caberia como lucros ao intermediário.

Da mesma sorte, um maior uso de mobiliário de metal que necessita muita limpeza e, de maneira geral, a adoção de modos de vida que requerem a assistência de muitos criados internos e externos operam sobre a procura de trabalho da mesma forma que o uso de objetos feitos a mão, em lugar de artigos feitos com dispendiosa maquinaria e mais capital fixo. Pode ser verdade que desfrutar de grande número de empregados domésticos seja um uso desprezível e perdulário de uma grande renda: mas não há outro método igualmente egoístico de gastá-la que tenda tão diretamente para aumentar a porção do dividendo nacional destinada às classes trabalhadoras” (MARSHALL, 1982 [1920], p.405).

<sup>6</sup> Entre esses serviços, estão a limpeza, decoração e manutenção da habitação ocupada pelo agregado familiar, incluindo pequenos reparos de um tipo normalmente realizado também por inquilinos como proprietários; manutenção e reparação de utensílios domésticos, bens duráveis ou outros bens, incluindo veículos utilizados para fins domésticos; preparação e serviço de refeições; o cuidado, a formação e a instrução das crianças; o cuidado de pessoas doentes, enfermas ou idosas; o transporte de membros do agregado familiar ou seus bens (§6.28, SNA 2008).

pratos lavados e preparados para refeição, roupas que foram desgastadas e sujas são lavadas e processadas (remendadas, dobradas/passadas e guardadas) para que possam ser usadas novamente. A produção doméstica é, portanto, análoga ao processo de produção de mercadorias, embora pareça (ainda) faltar a finalidade de produção capitalista na forma de valor de troca.

Com base em estudos de uso do tempo, Hawryshyn (1976) analisou estimativas sobre o valor dos serviços domésticos comparando-o com o custo de oportunidade de empregos remunerados, o custo de uma empregada doméstica (custo da governanta) e a precificação de serviços individuais executados. Entre os resultados, foi observado que o valor do trabalho doméstico é cerca de um terço do PIB podendo chegar a 45 por cento. Pilling (2019) também descreve que o Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido atribuiu um valor monetário a “produção” doméstica através da quantidade de refeições preparadas, número de crianças sob cuidados, bricolagem, serviços de lavanderia, serviços de transporte e atividades voluntárias observando que para o ano 2000 toda essa atividade econômica representou 45% do PIB britânico.

Não obstante, Himmelweit (1995) levanta objeções para esse tipo de medição a partir desta noção de “trabalho” acima de todas as outras na medida em que esse tipo de abordagem acaba perdendo a capacidade de dar valor a pessoalidade e outros aspectos relacionais de muitas atividades domésticas. Logo, insistir que contribuições domésticas são valorizadas como “trabalho” acaba, de forma paradoxal, a excluir grande parte do cuidado que ela envolve visto que essa noção de trabalho utilizada foi retirada acriticamente de uma caracterização dominante (no caso, a economia remunerada capitalista). Nesse sentido, é uma ideia que se desenvolveu junto com sua forma prevalecente (em grande parte masculina), a de trabalho assalariado capitalista na indústria, sendo nada mais que uma atividade pela qual uma mercadoria produzida é despersonalizada, isto é, tornada separável da pessoa de quem o realiza<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A estrutura econômica é compota pelas relações de produção. Nada além delas participa da sua composição. Conclui-se *ex silentio* que somente as relações de produção são adequadas para a constituição da estrutura econômica. O guia para esse pensamento é uma citação de Marx:

“na produção social de sua existência, os homens estabelecem determinadas relações que são indispensáveis e independentemente da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado estágio evolutivo das suas forças produtivas materiais. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura política e legal...” (COHEN, 2013, p.61).



### 3. A FRONTEIRA DE PRODUÇÃO ECONÔMICA NO SNA

Produção é uma atividade empresarial com o uso de insumos para produzir produtos. O produto, por sua vez, são bens<sup>8</sup> e serviços<sup>9</sup> que resultam desse processo (§6.2, §6.10, SNA 2008).

O Sistema de Contas Nacionais abrange a produção que tem como destino para uso final próprio e para uso final por outros (Figura 1) podendo ser dividida em três categorias: produção por conta própria para uso final, produção mercantil e produção não mercantil.

A produção por conta própria para uso final é aquela em que os produtos são retidos pelo produtor para o próprio consumo ou formação de capital (§6.114, SNA 2008). A produção mercantil considera todos os bens e serviços produzidos com intenção de venda a preços economicamente significativos (§6.99, SNA 2008). A produção não mercantil é a produção realizada pelo governo e pelas instituições financeiras sem fins lucrativos que ocorre na ausência de preços economicamente significativos, isto é, um preço quando não é quantitativamente significativo do ponto de vista da oferta ou demanda (§6.97, SNA 2008).

Quanto as formas de trabalho, pode-se classificá-las em três tipos: trabalho na produção para o próprio consumo, o trabalho em ocupação<sup>10</sup> e o trabalho voluntário. Na Figura 1, o trabalho na produção para o próprio consumo de bens, o trabalho em ocupação e o trabalho voluntário, com exceção na produção de serviços para unidades domésticas, estão dentro da fronteira de produção. Por sua vez, o trabalho na produção para o próprio consumo de serviços, seja em cuidado de pessoas e em afazeres domésticos, e o trabalho voluntário para unidades domésticas na forma de serviços são parte da fronteira geral de produção.

---

<sup>8</sup> Bens são objetos físicos sobre o qual os direitos de propriedade podem ser estabelecidos e cuja propriedade pode ser transferida através de transações nos mercados. Sua demanda ocorre para satisfazer necessidades ou desejos das famílias ou para produção de outros bens ou serviços. A produção de um bem pode ser separada da sua venda (§6.15, SNA 2008).

<sup>9</sup> Os serviços são um conjunto de atividades em que produção e consumo ocorrem ao mesmo tempo. Essas atividades podem ser oferecidas para consumo de famílias ou empresas, diferenciando não só pelo destino final, mas também pela intensidade do uso de tecnologias [IBGE (2023a)].

<sup>10</sup> O trabalho em treinamento não remunerado é mantido como parte do trabalho em ocupação, considerando a dificuldade da sua captação em separado e baixa ocorrência. Já as outras atividades de trabalho não estão definidas em ILO (2013). Na Figura 1 ambos estão incorporados ao trabalho em ocupação.

Figura 1: Formas de Trabalho e o Sistema de Contas Nacionais 2008

	Destino da Produção					
	Para uso final próprio		Para o uso final por outros			
Formas de Trabalho	Trabalho na produção para o próprio consumo		Trabalho em Ocupação (trabalho por remuneração ou lucro)	Trabalho voluntário		
	de serviços	de bens		Em unidades mercantis e não mercantis	Para unidades domésticas produzindo	
Relação com o SNA 2008			Atividades dentro da fronteira de produção do SNA			
	Atividades dentro da fronteira geral do SNA					

Fonte: ILO (2013)/IBGE (2023b). Elaboração Própria (Adaptado).

#### 4. A TESE CONCEITUAL

Não é comum em economia fazer uso de argumentos de cunho doutrinário talvez porque as divergências se deem no campo teórico e acabem com visões de mundo distintas. Todavia, o objetivo aqui é fazer uso dos conceitos a fim de compreender da forma mais fidedigna sua semântica minimizando interpretações contrastantes.

“Um conceito geral é universal porque é o conhecimento da essência igualmente presente em todo e qualquer membro de uma classe, a despeito do tempo, do lugar ou de diferenças individuais. Por exemplo, o conceito de ‘cadeira’ é o conhecimento da essência ‘cadeira’, que deve estar presente em toda e qualquer cadeira em todos os tempos, em todos os lugares, independentemente de tamanho, peso, cor, material e outras diferenças individuais.

O objeto real (uma árvore ou uma cadeira), bem como os seus correspondentes percepto e fantasma, é individual, material e limitado a um lugar e a um tempo particulares; o conceito é universal, imaterial e não limitado a um lugar ou a um tempo particulares” (JOSEPH, 2008, p.47, 48).

Os fluxos econômicos no Sistema de Contas Nacionais se dão entre unidades institucionais distintas o que impossibilita a transação entre dois membros de uma mesma unidade institucional. De fato, os fluxos econômicos refletem a criação, transformação, troca, transferência ou extinção de valor econômico; eles envolvem mudanças no volume, composição ou valor de ativos e passivos de uma unidade institucional. Espelhando a diversidade da economia, os fluxos econômicos têm natureza como salários, impostos, juros, fluxos de capital, etc., (§3.6, SNA 2008). Portanto, toda transação é um fluxo econômico decorrente de uma interação entre unidades institucionais por acordo mútuo (§3.7, SNA 2008). Além disso, está implícito o conhecimento e o consentimento entre as unidades institucionais (§3.6, SNA 2008).

Poder-se-ia objetar que a relação entre membros de uma unidade institucional estaria classificada como uma transação sem contrapartida. De fato, esse conceito é abordado, mas no âmbito

de impostos e benefícios de assistência social, que são exemplos de transações na qual uma das partes (o governo) fornece um bem, serviço ou um ativo para outro, mas não recebe uma recompensa em troca. Este tipo de transação, chamada de transação “algo por nada”, ou transação sem contrapartida, é definida como transferência (§3.58, SNA 2008).

Nesse contexto, deve-se trazer à baila o conceito de uma unidade institucional, uma entidade econômica capaz de possuir ativos, incorrer em passivos e envolvimento em atividades econômicas com outras similares. Seus atributos são o direito de possuir bens ou ativos, sendo também considerada diretamente responsável perante a lei em outras obrigações ou compromissos futuros na tomada decisão econômica (§2.16, §4.2, SNA 2008).

Um agregado familiar, por sua vez, é um grupo de pessoas que partilham o mesmo alojamento reunindo toda renda e riqueza bem como o consumo de certos tipos de bens e serviços coletivamente, principalmente moradia e alimentação (§4.4, SNA 2008). Em geral, cada membro de uma família deve ter algum direito sobre os recursos coletivos da casa. Pelo menos algumas decisões que afetam o consumo ou outras atividades devem ser tomadas na família (§4.149, SNA 2008).

Dito disso, fica posto, conceitualmente, que os membros individuais das famílias não podem ser tratados como unidades institucionais separadas tornando, assim, inviável a interação por acordo mútuo entre eles (transação). Além disso, ativos, ou passivos incorridos, são de propriedade em conjunto por dois ou mais membros da mesma família, enquanto todos os rendimentos recebidos por membros individuais do mesmo agregado familiar são agrupados para o benefício de todos. Por essas razões, a família como um todo, e não as pessoas individuais, deve ser tratada como unidade institucional (§4.5, SNA 2008).

Não obstante, deve-se ressaltar que o SNA faz menção as unidades familiares que podem se dedicar à produção de bens ou serviços para venda ou permuta no mercado (§4.155, SNA 2008). Nesse caso, embora possam se envolver em praticamente qualquer tipo de atividade produtiva, esse é um tipo de empresa não-corporativa podendo ser tratada como corporação se for possível separar todos os ativos que pertencem ao agregado familiar na sua qualidade de consumidor daqueles que pertencem ao agregado familiar na sua qualidade de produtor (§4.157, SNA 2008). Logo, as empresas familiares produtoras aqui referidas são aquelas classificadas como conta-própria tendo também seus ativos computados de forma agregada e não por membro familiar.

Diante do exposto, fica a questão: atribuir um valor monetário ao trabalho doméstico, em termos de valor de troca, será não querer tratar como produção o que é, por sua própria definição, não

produção? Em caso afirmativo, seria como convertê-la em um fetiche e, portanto, conferir poderes que em si mesmo ela não possui<sup>11</sup>.

## 5. A QUESTÃO TEÓRICA

A teoria econômica está subjacente no Sistema de Contas Nacionais. Para explicar esse entrelaçamento, é preciso entender o que são as unidades econômicas no âmbito da teoria *mainstream* e no SNA. No primeiro, é costumeiro designar os agentes econômicos como unidades de decisão e escolha, enquanto naquele faz-se uso do conceito de unidade institucional, que, como já visto, é a entidade econômica que se envolve em transações com outras entidades (§2.16, §4.2, SNA 2008).

Varian (2014) observa que, em economia, utiliza-se o princípio do equilíbrio. Assim, existe um preço somente para aquilo que está à venda em um dado mercado, sendo seu valor estabelecido pelas forças de oferta e demanda. Portanto, algo que alcança um preço é visto como criador de valor no sentido estritamente econômico.

Essas forças econômicas também estão sistematizadas no Sistema de Contas dado seu papel nas economias modernas. No caso, são enfatizados estabelecimentos mercantis que produzem bens e serviços majoritariamente para vendas a preços economicamente significativos para consumo final ou formação de capital fixo (§2.40, SNA 2008). Preços economicamente significativos ocorrem quando o produtor tem um incentivo para ajustar a oferta com o objetivo de obter lucro no longo prazo ou, no mínimo, cobrir o capital e outros custos, enquanto o consumidor tem a liberdade de escolha com base nos preços cobrados. O SNA também conceitua o que chama de produção normal de mercado, situação na qual os produtores tomam decisões sobre o que e quanto produzir em resposta aos níveis esperados de demanda balizado pelos custos de fornecimento (§6.95, SNA 2008).

A origem do que se convencionou chamar de preço de equilíbrio por meio da oferta e da demanda na teoria econômica remonta a escola marginalista (neoclássica): “o ‘princípio do custo de produção’ e o da ‘utilidade final’ são indubitavelmente partes de uma lei geral da oferta e da procura, comparando-se cada um deles a uma das lâminas de uma tesoura. Quando uma lâmina se mantém parada, e o corte é efetuado pelo movimento da outra, podemos dizer, com uma brevidade pouco exata, que o corte foi feito pela segunda; mas a observação não pode ser feita de modo formal nem defendida de ânimo deliberado” (MARSHALL, 1982 [1920], p.397).

---

<sup>11</sup> De acordo com Cohen (2013), se uma cultura converte um objeto em fetiche seus membros acabam por considerá-lo como dotado de poder. O fetiche, pois, manifesta-se como dotado de um poder do qual na realidade carece. Ele não possui o poder no mundo real. Marx identificou vários fetiches na esfera da economia. O fetiche da mercadoria é o mais conhecido, mas o fetichismo do capital possui, pelo menos, a mesma importância.

Por sua vez, a limitação da fronteira de produção encontra também suporte na teoria econômica na medida em que aborda o comportamento dos agentes econômicos com base nas suas preferências. Mais especificamente, a decisão de ofertar trabalho pode se dá entre escolher trabalhar muito e, por consequência, obter um consumo relativamente alto, e trabalhar pouco, e ter um consumo mais módico. Em outras palavras, o valor ofertado de trabalho é condicionado pelas preferências dos agentes econômicos.

Esse *insight* implica que toda ação humana pressupõe uma análise prazer *versus* sofrimento. Assim, se a ação implicar mais prazer que sofrimento, então ter-se-á boa vontade do indivíduo na sua consecução; caso contrário, o indivíduo terá má disposição. Em outros termos, as pessoas agem de forma a obter o máximo de prazer com o mínimo de sofrimento<sup>12</sup>. Assim, agir de forma racional é escolher uma combinação de bens (a partir do trabalho) e lazer de forma a maximizar a utilidade: “mas, embora o trabalho não seja nunca a causa do valor, ele é em grande proporção dos casos a circunstância determinante, da seguinte forma: o valor depende unicamente do grau final de utilidade. Como podemos fazer variar esse grau de utilidade? – Tendo mais ou menos do bem para consumir. – E como obteremos mais ou menos dele? – Despendendo mais ou menos trabalho para a obtenção de um suprimento. Então, de acordo com essa concepção, há dois passos entre o trabalho e o valor. O trabalho afeta o suprimento, e o suprimento afeta o grau de utilidade, que rege o valor ou a relação de troca. Para que não haja erro possível nessa série de relações extremamente importante, vou expô-la num quadro, a seguir.

O custo de produção determina o suprimento;

O suprimento determina o grau final de utilidade;

O grau final de utilidade determina o valor.

É fácil porém ir longe demais considerando o trabalho o regulador do valor; deve ser lembrado também que o próprio trabalho é de valor desigual. Ricardo, mediante suposição muito forçada, baseou sua teoria do valor em quantidades de trabalho considerado coisa uniforme. Ele estava ciente de que o trabalho difere infinitamente em qualidade e eficiência, de forma que cada tipo

---

<sup>12</sup> Com base no princípio da utilidade. A ideia é proposta originalmente por Bentham (1974 [1823]): “a natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado, e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos.

Os dois senhores de que falamos nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos, sendo que qualquer tentativa que façamos para sacudir este senhorio outra coisa não faz senão demonstrá-lo e confirmá-lo. Através das suas palavras, o homem pode pretender abjurar tal domínio, porém na realidade permanecerá sujeito a ele em todos os momentos da sua vida.

O princípio da utilidade reconhece esta sujeição e a coloca como fundamento desse sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei. Os sistemas que tentam questionar este princípio são meras palavras e não uma atitude razoável, capricho e não razão, obscuridade e não luz” (BENTHAM, 1974 [1823], p.1).



é mais ou menos escasso e em consequência é pago a uma taxa mais alta ou mais baixa de salários. Ele encarava essas diferenças como circunstâncias perturbadoras que precisariam ser levadas em consideração, porém sua teoria repousa na suposta igualdade do trabalho. A presente teoria se baseia numa posição completamente diferente. Sustento que o valor é essencialmente variável, de modo que seu valor deve ser determinado pelo valor do produto, e não o valor do produto pelo do trabalho” (JEVONS, 1996 [1888], p.143, 144).

O ferramental neoclássico desenvolveu o modelo de escolha trabalho-lazer isolando a taxa salarial e a renda como variáveis que guiam a alocação de tempo entre mercado de trabalho e lazer dos agentes econômicos (ou da unidade institucional, para usar a expressão do SNA). De acordo com Borjas (2012), o modelo determina quantas horas uma pessoa escolhe trabalhar tal que sua função de utilidade reflita seu grau de satisfação ou de felicidade<sup>13</sup>.

Uma variante desse modelo foi desenvolvida por Gary Becker (1930-2014): “segundo Becker, as pessoas levam em consideração o ‘custo total’ ou o ‘preço total’ dos bens ao tomar suas decisões de compra. O preço total de um bem consiste no seu preço de mercado mais o valor do tempo necessário para seu consumo.

Essa importante contribuição levou Becker a sugerir uma reconstrução da teoria da escolha. A família, sendo a unidade para decisões básicas, deveria ser considerada um produtor e um consumidor de ‘mercadorias’ que produzem utilidade. A produção de mercadorias ocorre pela combinação de bens (bens e serviços) trazidos no mercado com o tempo. Para obter o rendimento necessário para comprar os bens utilizados para produzir mercadorias, a família precisa despende seu tempo no mercado de trabalho. Para produzir e consumir a mercadoria no lar, ela precisa despende tempo de produção e consumo. Um exemplo é a produção e o consumo de uma refeição, por exemplo, o café da manhã. Ele é produzido combinando-se produtos (pão, manteiga, leite, frios), o tempo de produção (o período de tempo necessário para preparar a refeição) e o tempo de consumo (o tempo gasto para comê-la)” (BRUE; GRANT, 2017. p.550, 551, grifo nosso).

Essa abordagem teórica reverbera de três maneiras no Sistemas de Contas. Primeiramente, ela inviabiliza uma fronteira de produção econômica que porventura incluía a produção de serviços pessoais e domésticos para o próprio consumo pelos membros das famílias na medida em que todas as pessoas envolvidas em tais atividades tornar-se-iam autônomas e o desemprego virtualmente

---

<sup>13</sup> Para um membro da família que goza de oito horas diárias de sono, restam, ainda, 112 horas semanais que podem ser alocadas de distintas formas. Para uma jornada padrão de 40 horas semanais, sobram 72 horas para lazer, que podem ser distribuídas entre atividades de lazer em si (entretenimento de mídia, redes sociais, hobbies, esportes, restaurantes, conversas, socialização, divagação, descanso, etc.) e atividades de manutenção (o trabalho doméstico, comer, higiene pessoal, deslocamento, etc.).

impossível. Portanto, é condição *sine qua non* confinar o limite de produção às atividades de mercado ou por substitutos razoavelmente próximos (§1.42, §6.31, SNA 2008, grifo nosso).

Em segundo lugar, o *trade-off* trabalho-lazer remete ao custo de oportunidade a partir da taxa marginal de substituição. Embora a contabilidade exija que bens e/ou ativos usados na produção sejam avaliados pelos gastos incorridos, o SNA analisa o custo de uso do ativo no processo de produção medido pelo valor dos benefícios que *poderiam ter sido garantidos de forma alternativa*, ou em outras palavras, é calculado tendo como referência as *oportunidades perdidas* quando é usado (§1.65, SNA 2008, grifo nosso). Assim, quando as práticas da contabilidade empresarial entram em conflito com os princípios econômicos a prioridade é dada a esse último, pois o SNA é projetado principalmente para fins de análise econômica e formulação de políticas (§1.64, SNA 2008).

Embora o conceito de custo de oportunidade remonte a Franklin (1748) ele foi expresso de forma explícita por Bastiat (1850) e formalizado por Wieser (1967 [1927]) com base na ideia de custos alternativos<sup>14</sup>: “sempre que o empresário fala em incorrer em custos, ele tem em mente a quantidade de meios produtivos necessários para alcançar um certo fim; mas também desperta a ideia associada de um sacrifício que seus esforços exigem. Em que consiste esse sacrifício? O que, por exemplo, é o custo para o produtor de dedicar certas quantidades de ferro desde o seu fornecimento até a fabricação de algum produto específico? O sacrifício consiste na exclusão ou limitação de possibilidades por quais outros produtos poderiam ter sido produzidos, se o material não foi dedicado a um produto específico [...]

Como tal, prometem um rendimento lucrativo em muitas direções. Mas a realização de um deles envolve necessariamente a perda de todos os outros. É este sacrifício que se baseia o conceito de custos: os custos de produção ou as quantidades de meios de produção necessários para determinado produto e, portanto, retido para outros usos” (VON WIESER, 1967 [1927], p.99, 100).

Finalmente, o Sistema de Contas e a teoria econômica mantêm-se omissos quanto a subjetividade das preferências das unidades institucionais (agentes econômicos). Isso fica mais cristalino conforme a Figura 2 a seguir a partir da oferta de trabalho no modelo de escolha trabalho-lazer<sup>15</sup>.

Nas curvas de indiferença menos inclinadas, à esquerda da Figura 2, o agente econômico pondera um valor mais baixo no seu tempo de lazer, enquanto as curvas de indiferença mais inclinadas à direita da Figura 2, indicam um agente econômico que requer uma alta taxa salarial para renunciar

---

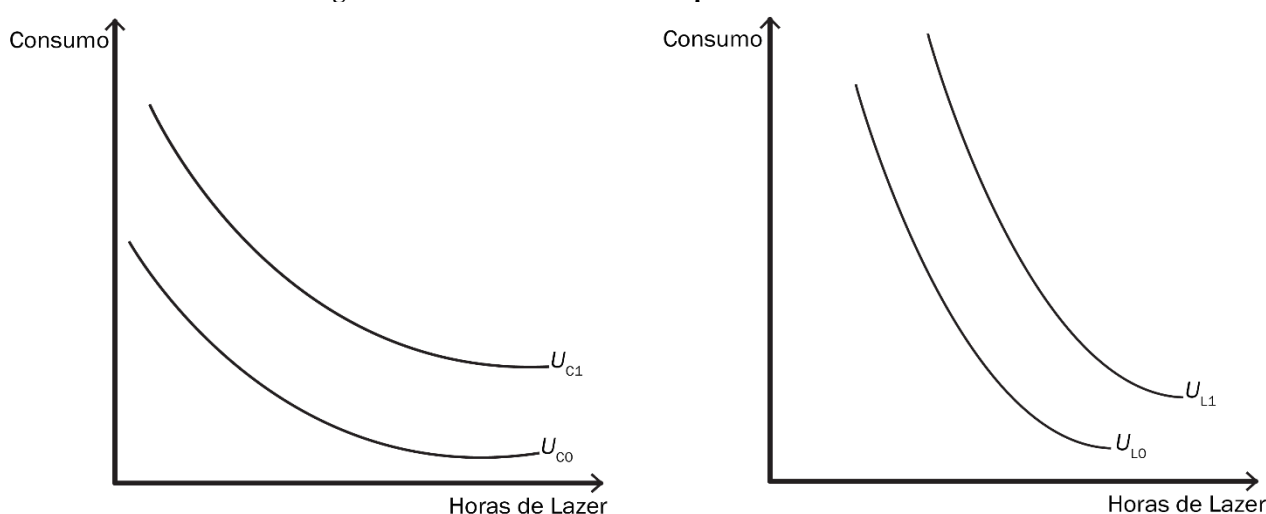
<sup>14</sup> No entanto, o Código de Justiniano, emitido em Bizâncio no século VI permitia aos concessionários de empréstimos uma multa por atraso de pagamento. Do ponto de vista legal, Chancellor (2024) afirma que esses juros cobrados eram vistos como um custo de oportunidade.

<sup>15</sup> Para uma abordagem da oferta de trabalho no âmbito familiar ver Ehrenberg e Smith (2000).

uma hora adicional de lazer. Como pontua Borjas (2012), a maior parte dos modelos econômicos minimiza diferenças interpessoais com relação às preferências considerando que são difíceis de mensurar. Seria extremamente difícil, se não impossível, conduzir pesquisas que possam tentar medir diferenças nas preferências.

Logo, ao depender de diferenças de gostos, seria possível argumentar diferentes padrões de comportamento entre duas unidades institucionais apenas afirmando que uma gosta mais de lazer *vis-à-vis* ao trabalho, sem nenhuma razão mais objetiva para refutar a afirmação. Em vez disso, o Sistema de Contas, similarmente à teoria econômica, procurou se limitar naquilo que possa ser medido e observável com certo grau de objetividade<sup>16</sup>.

**Figura 2: Diferentes Preferências por Oferta de Trabalho**



Fonte: Elaboração Própria.

O Sistema de Contas também ecoa o pensamento de Smith (1996 [1776]) de que o valor de troca de um bem é determinado pela quantidade direta e indireta de trabalho necessário à sua produção: “no estágio antigo e primitivo que precede ao acúmulo de patrimônio ou capital e à apropriação da terra, a proporção entre as quantidades de trabalho necessárias para adquirir os diversos objetos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objetos uns pelos outros. Por exemplo, se em uma nação de caçadores abater um castor custa duas vezes mais trabalho do que abater um cervo, um castor deve ser trocado por – ou então, vale – dois cervos. É natural que aquilo que normalmente é o produto do trabalho de dois dias ou de duas horas valha o dobro daquilo que é produto do trabalho de um dia ou uma hora” (SMITH, 1996 [1776], p.101)<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> No entanto, a teoria econômica mediante análise hedônica pode comparar a demanda por diferentes tipos de bens a diferentes preços. Ver, por exemplo, Goosbee, Levitt e Syverson (2018).

<sup>17</sup> Esse pensamento está em consonância com a ideia de trabalho como fundamento da propriedade desenvolvida Locke (2001 [1689]): “ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho

No SNA, essa fundamentação teórica é observada em certos processos naturais que não podem ser considerados como produção, dado que a condição para que uma atividade seja produtiva é a sua realização sob investigação, controle e responsabilidade de alguma unidade institucional exercendo direitos de propriedade sobre o que for produzido. Por exemplo, o crescimento natural das unidades populacionais de peixe no alto mar não sujeitas a quotas internacionais não é contabilizado como produção, pois o processo não é gerido por nenhuma unidade institucional. Por outro lado, o crescimento de peixes em piscicultura é tratado como um processo de produção semelhante a criação de gado. Da mesma forma, o crescimento natural de florestas selvagens não cultivadas ou frutas silvestres não é contabilizado como produção. Adicionalmente, a chuva e o fluxo de água em curso de água naturais não são processos de produção, enquanto o armazenamento de água em reservatórios ou represas e a canalização ou transporte de água de um local para outro constituem produção. Esses exemplos mostram que muitas atividades ou processos que podem beneficiar as unidades institucionais, tanto produtores quanto consumidores, não são processos de produção no sentido econômico. A chuva pode ser vital para a produção agrícola de um país, mas não é um processo de produção cujo produto possa ser incluído no PIB (§1.43, §1.44, SNA 2008). Um processo puramente natural, sem qualquer envolvimento ou direção humana não é produção em um sentido econômico (§6.24, SNA 2008).

Não obstante, uma possível objeção pela não inclusão do trabalho doméstico na fronteira de produção econômica seriam os aluguéis imputados dos proprietários de habitações, a única exceção de consumo próprio que é contabilizada. Feijó e Ramos (2017) ressaltam que essa convenção em particular ocorre porque *todo bem de capital gera uma renda*: “toda produção da indústria de construção de imóveis residenciais ou comerciais é destinada à formação bruta de capital fixo da economia e o aluguel representa a renda gerada por essa formação de capital. Essa atividade engloba os aluguéis de bens móveis e imóveis, e no caso dos imóveis inclui também os imóveis residenciais ocupados pelos proprietários, com um valor de aluguel imputado. As Contas Nacionais imputam valor de aluguel aos imóveis ocupados pelos proprietários para conciliar a produção desse setor de atividade com o de formação de capital. Assim, os aluguéis residenciais se dividem em dois produtos: aluguéis efetivos (de fato pagos pelos ocupantes dos imóveis) e aluguéis imputados” (FEIJÓ; RAMOS, 2007, p.118).

---

de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adicional lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade” (LOCKE, 2001 [1689], p.98).

Reforçando o argumento, o SNA descreve que despesas com habitação das famílias constitui formação bruta de capital fixo. Quando as habitações são alugadas pelos seus proprietários, as rendas são registradas como produção de serviços de habitação pelos proprietários e despesas de consumo dos inquilinos. Quando as habitações são ocupadas pelos seus proprietários, o valor imputado do serviço de habitação entra tanto na produção quanto no consumo final dos proprietários (§9.57, SNA 2008)<sup>18</sup>.

Pode-se ainda evocar o princípio de comparação dentro do qual a proporção de proprietários ocupados em habitações alugadas pode variar significativamente entre países, entre regiões de um país e até mesmo durante curtos períodos de tempo dentro de um único país ou região de tal forma que tanto as comparações internacionais como as comparações intertemporais ficariam distorcidas se nenhuma imputação for feita<sup>19</sup>.

## 6. O ARGUMENTO MORAL

Por conta de seu caráter prático, a ética é vista como uma disciplina normativa levando a um falso entendimento de que sua única função seria a de indicar o melhor comportamento moral. Mas a ética, como teoria, procura não somente explicar, mas esclarecer e investigar uma determinada realidade e, se possível, elaborar conceitos correspondentes. Neste sentido, seu valor está na explicação e não na prescrição ou recomendação à ação em situações concretas.

Na verdade, ao se deparar com uma experiência histórico-social no terreno da moral, a ética procura determinar sua essência, origem, condições objetivas bem como critérios de justificação destes juízos e princípios sendo, assim, a ciência do comportamento moral dos atos humanos em sociedade mediante uso da racionalidade e objetividade a fim de proporcionar conhecimento sistemático. Portanto, suas proposições devem ter o mesmo rigor e fundamento das proposições científicas ao se basear em um método quando aborda o objeto analisado. Logo, sua função não é postular ou estabelecer uma norma moral, mas sim observar qual o tipo de conduta estabelecida. Por outro lado, os princípios, normas e juízos de uma determinada moral não apresenta esse mesmo rigor.

---

<sup>18</sup> A imputação dos aluguéis como forma de conciliar a produção da indústria de construção e sua formação de capital também pode ser vista pela ótica das taxas de juros. Conforme Chancellor (2024), os juros são necessários para conferir um valor a ativos perenes, como a habitação (tecnicamente, o capital consiste em um fluxo de renda futura descontado por seu valor presente. Sem juros, não pode haver capital). A antiga Suméria e as civilizações que a sucederam construíram as primeiras grandes cidades criando, a partir do terceiro milênio antes da era cristã, um mercado para edifícios particulares. Como as casas podiam ser compradas a crédito e alugadas era natural algum rendimento para as hipotecas. Já na Idade Média a venda de aluguéis de terras não era usurária, pois a terra, ao contrário do dinheiro, era considerada produtiva.

<sup>19</sup> De acordo com Mazzucato (2018), na Suíça, em 2014, mais pessoas moravam em casas alugadas do que em casas próprias; nos Estados Unidos e no Reino Unido, por outro lado, a porcentagem de pessoas que moram em casa própria é maior. Nessa situação, o primeiro teria um PIB inflacionado *vis-à-vis* aos outros dois. A razão para essas diferenças pode estar associada tanto as preferências do consumidor como também às taxas de juros de longo prazo.



Em outros termos, pode-se dizer que não existe uma moral científica, mas um conhecimento da moral que pode ser científico. A moral, portanto, não é conhecimento ou teoria de algo real, mas ideologia, ou seja, um conjunto de normas aceitas livre e conscientemente, e que serve aos interesses de um grupo social [Vázquez (2017)].

É possível observar a vinculação da ética com a economia a partir da relação entre os fenômenos econômicos e a moral. De acordo com Vázquez (2017), esta ligação ocorre quando a produção de bens através do trabalho influi na moral dominante em uma determinada sociedade. É nesse contexto que Sandel (2012) observa que algumas coisas da vida se tornam degradadas quando transformadas em mercadoria. Nesse aspecto, acreditar nas forças de mercado para certas coisas da vida significa uma maneira errada de lhes atribuir valor, corrompendo uma prática social diante de um tratamento de acordo com uma norma inferior ao que lhe é adequado.

Assim, decidir mercantilizar algo, deve-se indagar se essa prática não acabará descartando normas que são alheias ao objeto. Quando se decide que determinadas coisas podem ser compradas e vendidas, fica posto, pelo menos implicitamente, que elas podem ser tratadas como mercadorias e como instrumentos de lucro. Mas nem tudo na vida deve ser avaliado dessa maneira. As considerações de ordem utilitária não são as únicas a serem levadas em conta. Certas ações têm um valor que transcende a utilidade.

É preciso, pois, distinguir entre uma economia de mercado de uma sociedade de mercado. Enquanto o primeiro conceito é uma ferramenta de organização da atividade produtiva, o segundo é um modo de viver em que os valores de mercado permeiam cada aspecto da vida humana. Em uma economia de mercado, aquilo que tem um valor tem necessariamente um preço, uma lógica de troca, diferentemente daquilo que é um valor, que não tem preço e não pode ser trocado<sup>20</sup>. É preciso decidir em que circunstâncias o mercado pode atuar e em quais ele deveria manter um passo atrás.

Sandel (2012) aponta que muitos economistas abraçaram um projeto ambicioso ao afirmarem que a economia oferece não apenas um conjunto de percepções sobre a produção e o consumo de bens materiais, mas também uma ciência do comportamento humano. No cerne desse argumento, está a ideia de que em todas as esferas da vida o comportamento humano pode ser explicado partindo-se do princípio de que as pessoas decidem o que fazer sopesando os custos e

---

<sup>20</sup> Comte-Sponville (2003) observa que a justiça, a liberdade e a verdade podem ter um custo em certas circunstâncias, mas não tem preço: não estão à venda. É preciso, pois, distinguir o que tem um valor (um preço numa lógica de troca) e o que é um valor (que não tem preço e não pode ser trocado por dinheiro ou por outro valor). Os valores não têm preço, mas têm uma dignidade, como dizia Kant, e que não adianta admitir equivalente para aquilo que não pode ser trocado por outra coisa.

benefícios das opções à sua frente e escolhendo aquela que acreditam ser capaz de lhes proporcionar maior bem-estar ou que tenha maior utilidade. Se essa ideia estiver correta, tudo tem seu preço.

Essa forma do pensar econômico vem se consolidando a partir das publicações dos best-sellers de Levitt e Dubner (2005, 2009, 2014), livros que procuraram esmiuçar diversos temas do cotidiano através do ferramental econômico. Em Levitt e Dubner (2009) eles afirmam que um bom conjunto de dados oferece *insights* sobre o comportamento humano real. No entanto, Levitt e Dubner (2014) admitem que os dois livros anteriores se baseavam em um conjunto relativamente simples de ideias: “este livro baseia-se nessas mesmas ideias, mas com uma diferença. Os dois primeiros livros *raramente* faziam recomendações. Quase sempre, simplesmente nos valíamos dos dados disponíveis para contar histórias que achávamos interessantes, lançando luz sobre partes da sociedade muitas vezes relegadas à sombra. Este livro sai da penumbra, tentando fazer *recomendações* que podem eventualmente revelar-se, quer esteja você interessado *em pequenas dicas de bem viver* ou nas grandes reformas globais” (LEVITT; DUBNER, 2014. p.18, 19, grifo nosso).

Entender a economia como recomendação e pequenas dicas para viver bem é atribuir ao economista um papel de militância indo contra a ideia de que a economia é independente da moral. Como argumentou Blaug (1980), a maioria dos julgamentos de valor expressos sobre as questões sociais são altamente impuros e quanto mais a ambição desmedida da economia penetra nas esferas não econômicas da vida, mais se envolve em questões morais. Em suma, é ultrapassar o terreno do que é para aquilo do que *deveria ser*.

É nesse contexto que elementos carregados de peso moral, como diversos tipos de trabalho doméstico, terão maneiras distintas de valorá-los, sendo algumas mais importantes e mais adequadas do que outras. Como precificar uma refeição para um cônjuge doente ou ensinar uma tarefa para um filho pequeno, mesmo depois de uma dura rotina em atividades extraluar? É tudo uma questão de valor econômico? Monetizar todas as relações familiares permeando-as de normas utilitárias pode não somente degradá-las, mas ignora valores que transcendem as relações mercadológicas, como o altruísmo ou o amor.

Para a maioria dos economistas, trocas utilitárias é sinônimo de aumento da eficiência econômica e favorecimento de ambas as partes negociantes. No entanto, quando esse imperativo exige que se afrouxe os laços familiares incentivando pessoas a viver longe de seus pais e pagando cuidadores ao invés de realocar parte do seu precioso tempo produtivo para essa atividade a questão acaba envolvendo muito mais um juízo moral do que uma mera declaração factual. Como bem descreveu Harari (2017), quando algumas pessoas se especializam em engenharia de software enquanto outras passam seu tempo cuidando de idosos, podemos produzir mais softwares e dar aos

idosos um atendimento mais profissional. Mas será que o crescimento é mais importante do que os laços familiares? Ao ousar fazer esse julgamento moral, o capitalismo de livre mercado cruzou a fronteira do terreno da ciência para o da religião. Para Sandel (2012), dinheiro não pode comprar certas práticas, em especial aquelas que não espera nada em troca (por definição).

Dentro dessa ideia, o Sistema de Contas admite que além de ser extremamente difícil estimar valores para os resultados dos serviços domésticos, a grande maioria deles não são produzidos para o mercado, e, por conseguinte, não há preços de mercado que podem ser usados para avaliá-los (§6.29, SNA 2008). Portanto, corrobora o argumento que determinados serviços não podem ser tratados como mercadorias, como instrumentos de lucro e uso<sup>21</sup>.

## 7. DISCUSSÃO

Será que os argumentos estão imunes “a guilhotina de Hume?”<sup>22</sup>, expressão que, conforme Abbagnano (2015), veta o salto lógico entre fatos e valores, descrições e prescrições. Em outras palavras, aquilo que *é* e não o que *deve ser*. Portanto, deve-se pontuar o que se descreveu e não se prescreveu.

Como bem observou Edvinsson (2023), embora o critério da terceira pessoa seja um conceito transparente de trabalho, operacionalmente carece de critérios objetivos. Quais as características da atividade que se permite delegar? Wood (1997) aponta que as análises do trabalho doméstico não remunerado remetem a tarefas como lavar roupas, preparo de refeições e cuidados com os filhos, atividades mais prosaicas e que encontram equivalência em serviços prestados por lavanderias, restaurantes/lanchonetes e creches/escolas. Por outro lado, ao serem redefinidas por um significado econômico, outras atividades não remuneradas também são exercidas por membros da família e podem, na prática, serem substituídas pelo mercado tais como o cuidado emocional, o sexo e a barriga de aluguel, inclusive com equivalência no mercado ofertados por terapeutas/psicólogas, prostitutas e

---

<sup>21</sup> A relutância dos contabilistas nacionais em imputar valores para os produtos, receitas e despesas associadas com a produção e o consumo de serviços dentro das famílias é explicada por uma combinação de fatores: o relativo isolamento e independência destas atividades dos mercados, a extrema dificuldade de fazer estimativas economicamente significativas de seus valores e os efeitos adversos que teria sobre a utilidade das contas para fins políticos e análise de mercados (§6.30, SNA 2008).

<sup>22</sup> A passagem do argumento de Hume (2000 [1739]) que ficou conhecida como “a guilhotina de Hume” ou “lei de Hume” é a seguinte: “Não posso deixar de acrescentar a esses raciocínios uma observação que talvez se mostre de alguma importância. Em todo sistema de moral que até hoje encontrei, sempre notei que o autor segue durante algum tempo o modo comum de raciocinar, estabelecendo a existência de Deus, ou fazendo observações a respeito dos assuntos humanos, quando, de repente, surpreendo-me ao ver que, em vez das cópulas preposicionais usuais, como *é* e *não é*, não encontro uma só proposição que não esteja conectada a outra por um *deve* ou *não deve*. Essa mudança é imperceptível, porém da maior importância. Pois, como esse *deve* ou *não deve* expressa uma nova relação ou afirmação, esta precisaria ser notada e explicada; ao mesmo tempo, seria preciso que se desse uma razão para algo que parece inteiramente inconcebível, ou seja, como essa nova relação pode ser deduzida de outras inteiramente diferentes. Mas já que os autores não costumam usar essa precaução, tomarei a liberdade de recomendá-la aos leitores; estou persuadido de que essa pequena atenção seria suficiente para subverter todos os sistemas correntes de moralidade, e nos faria ver que a distinção entre vício e virtude não está fundada meramente nas relações dos objetos, nem é percebida pela razão” (HUME, 2000 [1739], p.509).

mães de barriga de aluguel<sup>23</sup>. Questões desse tipo implicam que a fronteira de produção econômica poder-se-ia tornar altamente fluída e porosa diante das mudanças estruturais e preferenciais ao longo do tempo. Novamente, como já existe o serviço de barriga de aluguel, a gravidez já poderia ser considerada bem econômico segundo o critério da terceira pessoa aplicado à produção familiar?

Hirsch (1976), por sua vez, põe em relevo o que denominou de “efeito de comercialização”, alterações sobre as características de um produto ao serem fornecidos predominantemente em termos comerciais no lugar de algum outro meio, como a troca informal, a obrigação mútua, o altruísmo, amor ou sentimentos de prestação de serviços. É importante destacar que nas uniões sexuais<sup>24</sup> duas características as distinguem das disposições comerciais. A primeira é que o prazer proporcionado por uma fusão romântica de utilidades está na redução da preocupação com o interesse do eu, talvez pelo abandono dos cálculos individuais; a segunda envolve um contrato implícito de troca de apoio, oferecendo a cada participante um tipo de segurança que não encontra paralelo no mercado.

Mas há objeções. Como mostra Sandel (2012), o credo atual é que o comportamento ético é uma mercadoria que precisa ser economizada e que não devemos contar demais com o altruísmo, a generosidade ou solidariedade, pois esses sentimentos morais são recursos escassos que se esgotam com o uso. Assim, os mercados, que se baseiam no interesse próprio, nos poupam de usar em excesso o estoque limitado de virtudes.

No entanto, essa visão econômica considera um mundo hipotético guiado apenas pelas forças de mercado e escolhas racionais determinadas unicamente pelo autointeresse. Para De Wall (2010), esse mundo pode condizer com alguns membros da raça humana que agem de forma puramente egoísta e tiram proveito dos outros sem nenhum arrependimento. Mas quase todos os experimentos demonstram que essas pessoas são a minoria sendo a maior parte dos seres humanos altruísta e cooperativa, com senso de justiça e guiada pelos objetivos da comunidade. O nível de confiança e de cooperação entre pessoas supera de longe as previsões dos modelos econômicos<sup>25</sup>.

Schwartz (2015) atenta que para o pensamento dominante apenas certos tipos de trabalho permitem que as pessoas encontrem significado, comprometimento, poder de decisão, autonomia e

---

<sup>23</sup> A partir do critério da terceira pessoa, uma mulher com um custo de oportunidade elevado teria, hipoteticamente, enormes incentivos para delegar qualquer uma dessas tarefas.

<sup>24</sup> Ou, de acordo com ele, uniões sujeitas à dissolução quando a utilidade de uma das partes cai a zero.

<sup>25</sup> Smith (1999 [1759]) chama atenção que o autointeresse não é o único princípio da natureza humana: “por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela. Dessa espécie é a piedade, ou compaixão, emoção que sentimos ante a desgraça dos outros, quer quando a vemos, quer quando somos levados a imaginá-la de modo muito vivo. É fato óbvio demais para precisar ser comprovado, que frequentemente ficamos tristes com a tristeza alheia, pois esse sentimento, bem como todas as outras paixões originais da natureza humana, de modo algum se limita aos virtuosos e humanitários, embora estes talvez sintam com uma sensibilidade mais delicada” (SMITH, 1999 [1759], p.5).

oportunidades de aprender e crescer. Assim, o trabalho bom será o reinado de poucos – advogados, médicos, banqueiros, professores, desenvolvedores de software, presidentes de empresas, e assim por diante. Para todos os outros seres humanos, o trabalho significará apenas o salário. Mas para Himmelweit (1995) vários são os empregos em que funcionários colocam mais de si mesmos do que uma mera noção de separação entre o trabalhador e seu ofício exercido. Já para Csikszentmihalyi (2020), independente da atividade exercida, o trabalho pode ser entendido como um estado de *flow*, condição na qual a pessoa fica tão envolvida nela que nada mais parece importar diante da experiência em si pela mera satisfação de vivê-la.

Mas economistas como Mazzucato (2018) afirmam que há uma “dificuldade enorme” em se dar um valor ao trabalho realizado por mulheres (ou homens) que não recebem um salário por ele. O problema com esse argumento, conforme apontado por Himmelweit (1995), é que a suposta descoberta do trabalho não remunerado envolveu uma aplicação acrítica e uma validação de um conceito a partir de um modelo assalariado produtor de mercadorias na indústria que exclui muito do que é intrínseco nas atividades domésticas, como seus aspectos de cuidado e autorrealização. Nesse contexto, é questionável se a melhor maneira para apreciação da contribuição doméstica seja mesma “forçando-a” em uma categoria pré-existente de trabalho em uma economia que inerentemente falhou em valorizá-la<sup>26</sup>.

Categorizar o trabalho doméstico familiar na forma de dinheiro tem como preocupação a eficácia econômica e uma distribuição eficiente por recursos de forma a maximizar o bem-estar de todos os membros da sociedade. Mas por que maximizar a utilidade social? Adorno e Horkheimer (2021 [1944]) respondem que esse esclarecimento vê as pessoas somente como a busca pela eficiência técnica, pois elas são vistas como meros recursos e objetos a serem calculados.

Grande parte da vida das mulheres não parece enquadrar-se neste modelo estreito de egoísmo maximizador. Como colocado por Rachels (2006), a orientação delas é o cuidado pelos outros havendo algum tipo de conexão intrínseca entre o sexo feminino e uma ética do cuidado, ética essa que não toma a “obrigação”<sup>27</sup> como fundamental, nem exige que se promovam de uma forma imparcial os interesses de todos igualmente, mas confirma a prioridade que naturalmente damos aos nossos familiares e amigos, e, portanto, que parece uma concepção moral mais plausível. Essa relação

---

<sup>26</sup> Campbell (1988) mostra que nas sociedades tradicionais a mulher é tudo o que importa à vida, pois é ela que concede o nascimento e a nutrição. Seus poderes a tornam idêntica à deusa-terra. Para uma diferença entre sociedades tradicionais e de mercado ver Heilbroner e Milberg (2008).

<sup>27</sup> “Um pai amoroso age por outros motivos que não a obrigação. Se você se preocupa com a sua criança porque sente que é uma obrigação, será um desastre. Seus filhos irão sentir isso e perceberão que não são amados. Pais que agem a partir de um senso de obrigação são pais ruins” (RACHELS, 2006, p.170).



de cuidado só pode existir apenas se “aquele que merece ser cuidado” puder interagir com “aquele que cuida”, no mínimo recebendo e reconhecendo o cuidado em um encontro pessoal<sup>28</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

ABBAGNAMO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 20ª reimpressão, 2021 [1944].

BAILEY, M. J. More Power to the Pill: The Impact of Contraceptive Freedom on Women’s Life Cycle Labor Supply. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 121, n.1, p. 289-320, 2006.

BASTIAT, F. **O Que Se Vê e o Que Não Se Vê**. São Paulo: Hayek Global College, 1850.

BECKER, G. S. **A Treatise on the Family**. Harvard University Press, 1991.

BENTHAM, J. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974 [1823].

BLAUG, M. **Metodologia da Economia**. São Paulo: Edusp, 1980.

BORJAS, G. J. **Economia do Trabalho**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2012.

BRUE, S. L.; GRANT, R. R. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Cengage. 2ª edição, 2017.

CAMPBELL, J. **O Poder do Mito**. Com Bill Moyers. São Paulo: Palas Athena Editora, 36ª edição, 1988.

CHANCELLOR, E. **O Preço do Tempo**. A Verdadeira História dos Juros. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2024.

COHEN, G. A. **A Teoria da História de Karl Marx: Uma Defesa**. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **Flow – A Psicologia do Alto Desempenho e da Felicidade**. São Paulo: Objetiva, 2020.

---

<sup>28</sup> A diferença entre os sexos quanto ao aspecto do cuidado contém registros de longa data estando descrito no mundo trágico grego. Na peça Édipo em Colono, de Sófocles (2022), enquanto os filhos de Édipo disputavam o seu trono, coube as duas filhas a função de guia e de cuidado ao pai que havia se cegado e se tornado mendigo: “..., e se eu não tivesse gerado estas meninas a quem devo o meu sustento, e dependesse só de ti para viver, já estaria morto. Devo-lhes a vida e minha nutrição” (SÓFOCLES, ÉDIPO EM COLONO, 2022, p. 176). Essa peça foi encenada pela primeira vez em 401 a.C. em Atenas.

DE WALL, F. **A Era da Empatia**. Lições da Natureza para uma Sociedade mais Gentil. São Paulo: Companhia das Letras. 1ª edição, 2010.

DE WALL, F. **O Último Abraço da Matriarca: As Emoções dos Animais e o que Elas Revelam Sobre Nós**. São Paulo: Zahar. 1ª edição, 2021.

EDVINSSON, R. **An Economic Philosophy of Production, Work and Consumption**. A Transhistorical Framework. New York: Routledge, 2023.

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A Moderna Economia do Trabalho**. Teoria e Política Pública. São Paulo: MAKRON Books. 2ª edição, 2000.

COMTE-SPONVILLE, A. C. **Dicionário Filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FRANKLIN, B. **Advice to a Young Tradesman**. Founders Online, a Project of the National Archives, 1748.

FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O. (ORG). **Contabilidade Social**. A Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus. 4ª edição, 2017.

GOOLSBEE, A.; LEVITT, S.; SYVERSON, C. **Microeconomia**. São Paulo: Gen/Atlas. 2ª edição, 2018.

HARARI, Y. N. **Homo Deus**. Uma Breve História do Amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HARARI, Y. N. **21 Lições para o Século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HAWRYSHYN, O. The Value of Household Services: A Survey of Empirical Estimates. **Review of Income and Wealth**, v. 22, n.2, p. 101-103, 1976.

HEILBRONER, R. L. **A História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

HEILBRONER, R. L.; MILBERG, W. **A Construção da Sociedade Econômica**. Porto Alegre: Bookman. 12ª edição, 2008.

HEYING, H.; WEINSTEIN, B. **A Evolução e os Desafios da Vida Moderna: O Guia para o Caçador-Coletor do Século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023.

HIRSCH, F. **Limites Sociais do Crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HIMMELWEIT, S. The Discovery of “Unpaid Work”: The Social Consequences of the Expansion of “Work”. **Feminist Economics**, v. 1, n.2, p. 1-19, 1995.

HUME, D. **Tratado da Natureza Humana**. Uma Tentativa de Introduzir o Método Experimental de Raciocínio nos Assuntos Morais. São Paulo: Editora Unesp. 2ª edição revista e ampliada, 2000 [1739].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Anual dos Serviços 2021**. IBGE, 2023a.

INTERNATIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, Geneva. International Labour Office (ILO). **Resolution Concerning Statistics of Work, Employment and Labour Underutilization**. 19p. 2013.

IRONMONGER, D. S. Household Production and the Household Economy. **Research Paper Number Nº 833, Department of Economics, The University of Melbourne**, 2000.

JEVONS, W. S. **A Teoria da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 [1888].

JOSEPH, I. M. **O Trivium**. As Artes Liberais da Lógica, da Gramática e da Retórica. Entendendo a Natureza e a Função da Linguagem. São Paulo: É Realizações, 2008.

LEVITT, S. D.; DUBNER, S. J. **Freaknomics**. O Lado Oculto e Inesperado de Tudo que Nos Afeta. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

LEVITT, S. D.; DUBNER, S. J. **Super Freaknomics**. O Lado Oculto do Dia a Dia. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

LEVITT, S. D.; DUBNER, S. J. **Pense como um Freak**. Como Pensar de Maneira Inteligente Sobre Quase Tudo. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LOCKE, J. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil e Outros Escritos**. Ensaio Sobre a Origem, os Limites e os Fins Verdadeiros do Governo Civil. Petrópolis: Editora Vozes. 3ª edição, 2001 [1689].

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. Tratado Introdutório. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1982 [1920].

MAZZUCATO, M. **O Valor de Tudo**. Produção Apropriação na Economia Global. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro. IBGE. (**Notas Metodológicas**, vol. 1.13). 128p. 2023b.

PILLING, D. **A Ilusão do Crescimento**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

RACHELS, J. **Os Elementos da Filosofia Moral**. Barueri: Manole. 4ª edição, 2015.

REID, M. G. **Economics of Household Production**. New York John Wiley & Sons, Inc. London: Chapman & Hall, 1934.

SANDEL, M. J. **O que o Dinheiro Não Compra**. Os Limites Morais do Mercado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1ª edição, 2012.

SCHWARTZ, B. **Trabalhar Para Quê?** São Paulo: Alaúde, 2018.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 [1776].

SMITH, A. **Teoria dos Sentimentos Morais**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1759].

SÓFOCLES. **A Trilogia Tebana**. Édipo Rei. Édipo em Colono. Antígona. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro: Zahar. 24ª reimpressão, 2022.

STETSON, C. P. **Women and Economics**. A Study of the Economic Relation Between Men and Women as a Factor in Social Evolution. London: G. P. Putnam's Sons Boston: Small, Maynard & Company, 1900.

SUZMAN, J. **Trabalho**. Uma História de Como Utilizamos o Nosso Tempo, da Idade da Pedra à Era dos Robôs. São Paulo: Vestígio, 2022.

UNITED NATIONS. World Bank, International Monetary Fund, Commission of the European Communities, Organization for Economic Cooperation and Development. **System of National Accounts**, 1993.

UNITED NATIONS. World Bank, International Monetary Fund, Commission of the European Communities, Organization for Economic Cooperation and Development. **System of National Accounts**, 2008.

VARIAN, H. R. **Microeconomia**. Uma Abordagem Moderna. Rio de Janeiro: Gen/Atlas. 9ª edição, 2014.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 37ª edição, 2017.

WIESER, F. **Social Economics**. New York: A.M. Kelley, 1967 [1927].